

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

CONSELHO EXECUTIVO
Oitava Sessão Ordinária
16 – 21 de Janeiro de 2005
Khartoum, Sudão

EX.CL/218 (VIII)

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A RACIONALIZAÇÃO
DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CERs)

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A RACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CERs)

1. Este problema é uma das principais preocupações da Comissão. E, com razão, a integração económica do Continente parece ser um caminho inevitável, não só para tirar a África do isolamento, particularmente da marginalização, mas também é a melhor forma de integrar as suas economias na economia mundial. Contudo, o processo de integração económica do Continente é frustrante apesar da vontade política dos Chefes de Estado e de Governo, contida na Declaração de Sirte, de tomar todas as medidas necessárias para alcançar este objectivo muito importante de melhorar significativamente o quotidiano das populações Africanas.

2. O processo de integração em África enfrenta muitos obstáculos, nomeadamente a proliferação de CERs, perseguindo, em muitos casos, os mesmos objectivos, que estão definidos essencialmente em torno do seguinte:

- uma zona de comércio livre;
- uma união aduaneira;
- um mercado comum;
- uma união monetária;
- uma união económica e monetária.

O problema é que é quase impossível alcançar os objectivos acima referidos pertencendo a duas CERs. Assim, não é realista pertencer a duas Uniões Aduaneiras e a duas Uniões Monetárias.

3. A aceleração do processo de integração será uma probabilidade se não for encontrada uma solução adequada e duradoura à configuração das CERs, consideradas como a locomotiva, e certamente, os pilares da integração do continente. Por outras palavras, a integração económica do Continente será uma ilusão se as CERs existentes não forem racionalizadas. Convém lembrar que há oito (8) CERs reconhecidas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Na sua configuração, há uma desordem institucional caracterizada pela sobreposição de algumas delas ou pelo facto de alguns Estados pertencerem a mais de uma CER.

4. Como medida para resolver a desordem institucional que caracteriza as CERs, a Comissão iniciou o processo da sua racionalização numa parceria frutífera com a CEA. O processo consiste em identificar todos os possíveis cenários de configuração. Por outras palavras, o processo consiste em propor aos órgãos políticos da UA a melhor configuração para a realização dos objectivos de integração. Assim, 2 ou 3 cenários que são escolhidos por peritos Africanos serão quantificados, em termos de vantagens e desvantagens através da utilização da análise de custo-benefício. Por outras palavras, estes cenários serão quantificados em termos de lucros e perdas em relação aos orçamentos nacionais, o que ajudará os Chefes de Estado e de Governo a tomar as necessárias decisões políticas.

5. O exercício de racionalização, conduzido conjuntamente com a CEA, está em curso. Foi realizada uma reunião de peritos da África do Norte, Central e Ocidental (ver o relatório em anexo para informação) de 27 a 28 de Outubro de 2005 em Acra, Gana. Uma segunda reunião dos países da África Austral e Oriental será realizada brevemente em Nairobi, Quênia. Depois destas reuniões, peritos da Comissão e da CEA farão uma sinopse dos dois relatórios que submeterão à análise dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões de integração, durante uma reunião que terá lugar em Março de 2006. O relatório a ser apresentado à Reunião Ministerial contém resultados quantitativos de estudos sobre cenários considerados óptimos. Depois de os Ministros analisarem e adoptarem o relatório, a Comissão e a CEA farão um relatório exaustivo a ser submetido à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2006.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

CONSELHO EXECUTIVO
Oitava Sessão Ordinária
16 – 21 de Janeiro de 2005
Cartum, Sudão

EX.CL/218 (VIII)
Anexo

RELATÓRIO
Reunião Consultiva sobre a Racionalização das
Comunidades Económicas Regionais (CERs) para as
Regiões da África Central, Norte e Ocidental

**REUNIÃO DE PERITOS
SOBRE A RACIONALIZAÇÃO
DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS
REGIONAIS (CER)
27 A 28 DE OUTUBRO DE 2005
ACCRA (GANA)**

**RELATÓRIO
Reunião Consultiva sobre a Racionalização das Comunidades
Económicas Regionais (CERs) para as Regiões da África Central,
Norte e Ocidental**

I. INTRODUÇÃO

a) Cerimónia de Abertura

1. A Reunião Consultiva sobre a Racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs) relativa às Regiões da África do Norte, Central e Ocidental teve lugar no Hotel La-Palm Royal Beach em Acra, Gana, de 27 a 28 de Outubro de 2005.

2. A Reunião foi declarada aberta pelo Dr. Kofi Konadu Apraku, Ministro de Estado da Cooperação Regional e da NEPAD da República do Gana, que deu as boas-vindas aos participantes e realçou a importância da racionalização das CER's no contexto da integração e desenvolvimento económicos de África no mundo globalizado. Em seguida, o Dr. Maxwell M. Mkwesalamba, Comissário da UA para os Assuntos Económicos, sublinhou a necessidade urgente de acelerar a integração regional a fim de realizar os objectivos da União Africana. Por seu lado, o Representante da ECA sublinhou os esforços desenvolvidos pela sua organização com vista a contribuir para o processo de racionalização das CER's no Continente. Os textos destas declarações encontram-se em anexo ao relatório, para referência.

3. Na reunião participaram peritos e outros funcionários dos Estados-membros das Regiões da África do Norte, Central e Ocidental : Burkina Faso, Egipto, Gâmbia, Gana, Guiné Líbia, Mali, Nigéria, Sierra Leone, e Tunísia. Estiveram presentes as seguintes CER's: A Comunidade dos Estados Sahélo-saharianos (CEN-SAD), a Comunidades dos Estados da África Central (CEAC) estiveram igualmente presentes bem como a Global Coalition for Africa (GCA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outras organizações regionais e intergovernamentais, bem como organizações da sociedade civil. A lista de referência dos participantes encontra-se em anexo a este relatório.

b) Eleição da Mesa

4. Após consultas, os seguintes Estados-membros foram eleitos para integrarem a Mesa da reunião:

| | |
|------------------|--------------|
| Presidente: | Gana |
| Vice-Presidente: | Egipto |
| Relator: | Sierra Leone |

c) Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos

5. Depois de uma emenda à ordem de apresentações, a reunião adoptou a sua Agenda como se segue:

1. Abertura da Reunião

- Alocução do Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário da União Africana responsável pelos Assuntos económicos;
- Alocução preliminar do Representante da CEA;
- Discurso da Sua Exc. Dr. Kofi Konadu Apraku, Ministro de Estado do Ganeense da Cooperação Regional e da NEPAD.

2. Eleição da Mesa

3. Adopção da Agenda e do programa de Trabalho ;
4. Racionalização das CER: medidas propostas;
5. As razões para a racionalização das CERs;
6. Quadro geral da racionalização das Comunidades Económicas Regionais;
7. Cenários de racionalização das Comunidades Económicas Regionais;
8. Via a seguir;
9. Adopção do Relatório
10. Alocução de encerramento.

6. A Reunião decidiu os seguintes horários de trabalho:

Manhã: das 09H00 às 13H00

Tarde: das 14H00 às 18H00

II. Relatório da omissão Económica das Nações Unidas para Afica (CEA) : Resumo Geral de argumentação sobre a racionalização

Resumo

7. O significado da racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CER's) deve ser analisado no contexto do objectivo último do Tratado de Abuja que institui a Comunidade Económica Africana. Com base na Resolução CM/464 do 26º Conselho de Ministros da OUA, o Tratado de Abuja divide o continente em 5 Comunidades Regionais: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral. As CER's que integram estas regiões continentais deverão desempenhar o seu papel como pólos federativos do futuro mercado comum continental.

8. Contudo, em vez de cinco comunidades regionais, há pelo menos 14 comunidades económicas dentro do espaço geográfico Africano. Com excepção da CEDEAO, nenhuma das comunidades económicas sub-regionais e regionais existentes enquadra-se no que foi definido pelo Conselho de Ministros. Além disso, em cada um dos cinco espaços regionais existem muitas organizações com pendor económico e/ou de integração. Assim, na África Ocidental a CEDEAO coabita com a UEMOA, a UMA e agora, a CENSAD. Na África Central, a CEEAC cobre os espaços da CEMAC e da

CEPGL. Na África Austral, a SADC, a SACU e a IOC agora partilham a parte essencial dos seus espaços de integração entre si e o COMESA que, por seu lado, se estende a toda a África Oriental, alguns estados da África do Norte e África Central.

9. Por conseguinte, a racionalização das CER's implica resolver a divisão dos espaços regionais, a sobreposição de instituições, duplicação de esforços, dispersão de recursos e querelas sobre a legitimidade decorrente da existência de vários tratados das CER's e CESR's. Em termos efectivos, racionalização significa resolver os constrangimentos significativos que colidem com a capacidade das CER's gerarem e canalizarem um esforço colectivo sustentável para a integração Africana por causa da existência paralela do elevado número de CER's e CESR's em cada um dos espaços regionais, com mandatos e programas similares.

10. Por questões de ordem prática, propõem-se duas definições extremas do processo de racionalização: as formas forte e fraca de racionalização como pontos finais de um conjunto durante o qual diferentes modelos de configuração da racionalização podem ser entendidos. A forma forte de racionalização envolve a absorção e a fusão das CER's e CESR's existentes e instituições regionais similares a fim de as sincronizar com as 5 comunidades regionais propostas no quadro do Tratado de Abuja. Isto requer decisões políticas importantes, actos de soberania aos mais elevados níveis—continental, regional, sub-regional e nacional. A forma fraca de racionalização é definida como a absorção e fusão dos programas das CER's. Esta forma fraca pressupõe que cada uma das organizações de cooperação e/ou integração mantenha todos os seus actuais mandatos e objectivos. Portanto, a racionalização será realizada através da uniformização e harmonização de estratégias, programas, projectos sectoriais e instrumentos de cooperação das instituições que operam em cada região.

DEBATES

11. O Representante da Associação Africana das Universidades, como interveniente, sublinhou a importância do estudo sobre a racionalização argumentando que as organizações de integração existentes não funcionam dentro das realidades no terreno. Concordou com a necessidade de coordenação ao nível continental, e especificamente ao nível da UA, mas pergunta que instrumentos e medidas serão criados para tornar esta cooperação efectiva. A este respeito, questionou a representatividade da Comissão da UA que é eleita pelos Chefes de Estado e não tem mandato atribuído directamente pelos povos Africanos. Relativamente aos resultados esperados, recomendou que quando esses instrumentos e medidas forem criados, a racionalização irá requerer a eliminação de instituições redundantes e deixar apenas as que têm a capacidade técnica necessária e que operam com base em princípios de subsidiariedade e especialização. .

12. Durante o debate, os participantes anotaram os esforços desenvolvidos com vista à integração mas os resultados estavam longe de serem satisfatórios. Foi realçada a necessidade de coordenação a nível nacional antes de resolver a questão a nível continental. A questão das medidas de racionalização foi considerada fundamental. Os

participantes sublinharam igualmente a necessidade de os Estados-membros pagarem as suas contribuições aos orçamentos das CER's para que estas possam cumprir os seus mandatos.

13. A este respeito, foi realçado a necessidade para cada Estado-Membro pertencente à vários CERs de fazerem uma análise de custos- vantagens.

14. Além disso, os participantes anotaram a necessidade de tomar em conta outros estudos sobre a racionalização de CER's que foram realizados no passado, e seguir os actuais desenvolvimentos como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Além disso, salientaram que havia um vasto leque de questões que explicam por que é que os países pertencem a várias CER's e sublinharam a necessidade de fazer a distinção entre cooperação regional e integração regional.

15. Outras questões colocadas incluíram a necessidade de clarificar as modalidades de racionalização uma vez que as CER's não têm necessariamente os mesmos mandatos e, portanto, não devem ser agrupadas na mesma categoria. Para isso, houve uma sugestão no sentido de centrar nas CER's que têm objectivos económicos. Foi assinalada a importância de se tomar em conta os acordos assinados com as partes fora do continente como a União Europeia.

16. Relativamente aos mecanismos de coordenação, o Comissário da UA para os Assuntos Económicos indicou que um projecto de Protocolo sobre as relações entre as CER's e a Comissão da UA estava pronto para ser assinado pelas partes e no qual estavam previstos mecanismos de coordenação adequados. Em particular estão previstas duas reuniões anuais de coordenação com as CER's para partilhar e trocar informações sobre programas e actividades conjuntas. Além disso, a UA dá apoio às CER's embora limitado por constrangimentos orçamentais. Esclareceu que a UA reconheceu 8 CER's enquanto que o estudo da ECA se refere a 14 CER's.

III. Relatório da Coalizão mundial para África : Racionalização das instituições de integração regional : Medidas propostas

Resumo

17. Os países Africanos aspiram há muito estabelecer uma união continental política e económica. Como estipulado no Tratado de Abuja que cria a Comunidade Económica Africana e reafirmado no Acto Constitutivo da União Africana, o processo envolve a formação e o reforço das Comunidades Económicas Regionais (CER's).

18. Em conformidade com estes objectivos estabelecidos, várias CER's e sub-CER's organizaram-se nas várias regiões de África. Contudo, reconhece-se agora que há muitas instituições regionais de integração, com a respectiva sobreposição de filiação e duplicação de mandatos. Portanto, é necessário racionalizar as instituições.

19. A Global Coalition for Africa (GCA) estudou a questão da racionalização e organizou reuniões sobre a forma de a promover. Recentemente, a GCA enviou missões de personalidades eminentes que analisam esta questão, à África Ocidental, Oriental e Austral. Com base no trabalho no terreno, apresentaram relatórios documentando os seus resultados e recomendações. As análises da GCA's, inclusive o trabalho das eminentes personalidades, levam às seguintes conclusões:

- i. Os parceiros chave, incluindo o sector privado, devem ser consultados de perto, envolvidos e mobilizados para apoiar a integração regional;
- ii. Para realizar uma estrutura de integração unificada e racionalizada em cada região, os órgãos políticos e os secretariados das instituições de integração devem tomar medidas de racionalização detalhadas e sistemáticas, A este respeito registaram-se progressos modestos na África Ocidental, mas ainda há muito por fazer.
- iii. A convocação de cimeiras regionais e a criação de mecanismos políticos de implementação garantirão o lançamento atempado de programas de racionalização em cada região.

20. A completar esta apresentação, uma Eminente Personalidade da GCA indicou que a lógica do processo não era abolir as OIGs existentes mas garantir melhor harmonização e coordenação de programas e actividades. Salientou que a paz e a segurança são prioridades indispensáveis à realização de qualquer tipo de desenvolvimento e sublinhou a necessidade de promover infra-estruturas de integração, capacidade de produção e acesso aos mercados, e melhorar a exploração de terras aráveis em África e maximizar o valor dos produtos agrícolas Africanos, o que exige a racionalização das CER's para que possam responder a essas necessidades da economia global.

III. Relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para África : Quadro Geral da Racionalização das Comunidades Económicas Regionais

Resumo

21. O documento propõe cenários que os líderes Africanos podem utilizar para atingir o seu objectivo de realização de uma união económica no continente Africano e que são os seguintes:

a) Gerir o Status Quo:

22. Nesta abordagem não está feito nada e as 14 Comunidades Económicas Regionais continuam a existir nas suas formas actuais. É um cenário que não é recomendado. A consequência da utilização desta abordagem é que levaria à divisão dos mercados regionais e ao aumento de mais agrupamentos económicos regionais,

com sobreposição de mandatos e duplicação de esforços. Caso este cenário seja a última opção, a coordenação de políticas será muito importante. Os órgãos deliberativos e a Comissão da União Africana terão de trabalhar muito para dar directivas sobre os critérios, modalidades, normas, instrumentos e calendários para a criação da Comunidade Económica Africana, uma vez que a implementação do Tratado de Abuja será muito difícil.

b) Racionalização por fusão e integração:

23. Este cenário terá de sincronizar o processo de racionalização em conformidade com o Tratado de Abuja que divide a África em 5 Comunidades Regionais: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral. A implementação total deste cenário requer a fusão das instituições inter-governamentais existentes em cada região, seus órgãos deliberativos, programas e projectos. As 5 Comunidades Económicas Regionais previstas neste quadro de racionalização em Africa são: Comunidade Económica da África do Norte (CEAN), Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO), Comunidade Económica da África Oriental (CEAO) e Comunidade Económica da África Austral (CEAA). A implementação deste cenário não será um exercício claro por causa da complexidade das leis que regem as OIG's. Também requer uma gestão cuidadosa da nova afectação de funcionários das OIG's existentes e a liquidação do activo/passivo das OIG's. A vantagem deste cenário é que eliminaria radicalmente a multiplicidade de instituições de integração no continente e aceleraria o programa de integração Africana.

c) Racionalização em torno das comunidades "de raiz"

24. Este cenário é baseado no princípio de uma CER por região e apenas uma CER por país. Contudo, os espaços regionais não são os mesmos que os definidos na racionalização por fusão e integração. Em vez disso, exige a criação de comunidades regionais de acordo com características comuns, nomeadamente geográficas, étnicas, linguísticas, sociológicas, históricas e outras. Esta abordagem levará ao desaparecimento ou redefinição dos objectivos das comunidades trans-regionais. Além disso, a reinstalação geográfica de todas as instituições actualmente reconhecidas, como CESR's teria de ser realizada, incluindo o reposicionamento geo-institucional de vários países e a substituição da composição de vários blocos com acordos de associação. Esta abordagem também não é muito flexível e complicada porque os tratados e as convenções existentes teriam de ser revogados. Exige ramificações legais, económicas e operacionais e, portanto, a sua implementação seria difícil.

d) Racionalização por divisão de trabalho:

26. Este quadro de racionalização reconhece e aceita a existência de diferentes comunidades económicas regionais. Também divide os esforços de cooperação em programas regionais e sub-regionais, classificando-os de acordo com os interesses dos países na mesma região. O cenário sugere que as comunidades económicas regionais incidam em programas regionais como a livre circulação de pessoas e bens, comércio,

regulamentos de transporte, dados económicos e comerciais, cooperação monetária e pagamentos, integração de financiamentos e prevenção e gestão de conflitos. Para complementar os esforços das comunidades económicas regionais, as outras organizações inter-governamentais deverão incidir nos programas seguintes e que afectam os países nas suas sub-regiões, como agricultura, abastecimento e pescas; indústria; infra-estruturas de transportes (energia e gestão ambiental); valorização dos recursos humanos e saúde, assuntos sociais e culturais. Com base na forma como as tarefas e as responsabilidades são divididas, este cenário é muito flexível e clarifica o âmbito do processo de integração regional, sem comprometer os países a fazerem grandes opções políticas ou estratégicas. Além disso, a sua aplicação não requer a revisão fundamental dos tratados. O que pode ser necessário é um protocolo inter-instituições ratificado pelos órgãos deliberativos que definirão a afectação de tarefas e o estabelecimento de estruturas regionais de coordenação que servirão de interlocutores da União Africana.

e) Racionalização através de harmonização e coordenação:

26. Este quadro mantém a existência de todas as actuais CER's com os seus mandatos e prerrogativas intactas.. O próprio processo de racionalização diz respeito à harmonização e coordenação de políticas dos actuais blocos regionais. Neste quadro, as diferenças entre os sistemas de liberalização do comércio e entre os critérios macroeconómicos de convergência das CER's serão eliminados. Para além disso, as CER's prosseguirão programas comuns ou conjuntos na área de transportes e energia. Embora este cenário procure harmonizar todas as políticas, programas e actividades das CER's, a sua implementação é muito pesada e requer muitos recursos e tempo. O processo de coordenação e harmonização exige a revisão de todos os protocolos, tratados e acordos existentes e a redacção de outros.

f) Exposição do Representante do Banco Africano de desenvolvimento (BAD): Racionalização através da utilização da geometria variável

27. O Representante do Banco Africano de Desenvolvimento sublinhou a necessidade de maior integração em África e facilitação da integração do continente na economia global. Realçou igualmente a importância do envolvimento do sector privado e da sociedade civil no processo de integração. Além disso, indicou que o Banco tinha preparado uma Estratégia Regional de Assistência para algumas CER's e que se estava a dar atenção ao reforço de capacidades das CER's para funcionarem com eficácia e eficiência. O Representante também propôs uma abordagem de geometria variável que permitirá uma mudança gradual na integração das ZCL para as Uniões Aduaneiras.

28. O Representante do Banco Africano de Desenvolvimento informou aos participantes que o Conselho de Administração do BAD aprovou uma política formal sobre a integração regional em 2000, que reitera o compromisso do Banco nessa questão e que, de uma maneira geral, visa promover a cooperação económica e aprofundar a integração de países regionais, facilitando a integração de África na

economia global, e criando condições para que o sector privado seja a locomotiva do crescimento.

29. Ele apresentou uma análise da opção preferida pela CEA para a racionalização das CER's com base na Divisão do trabalho entre as instituições existentes, chamou a atenção para a necessidade de uma integração mais aprofundada, que na sua opinião, requer opções políticas rigorosas por parte dos países-membros, e propôs a opção geométrica variável.

30. A Abordagem de Geometria Variável proposta pelo Representante do BAD, comporta, entre outros aspectos, a mudança progressiva da Zona de Comércio Livre para União Aduaneira em cada região, promoção simultânea de maior integração e cooperação económica através da convergência de políticas e promoção da cooperação na produção e oferta de Bens Regionais Públicos, uso de princípios de subsidiariedade para atenuar os receios de perda de soberania dos governos Africanos e criação de mecanismos de compensação baseados na fórmula de partilha de receitas com as Uniões Aduaneiras.

IV. Relatório da Comissão da União Africana: Cenários para a racionalização de Agrupamentos Regionais de Cooperação e Integração Económicas

Resumo

31. Em Africa, a integração económica apareceu com a independência como expressão da vontade dos líderes Africanos de reduzirem os efeitos generalizados da repartição do continente. Por conseguinte, tanto razões políticas (necessidade de os Estados Africanos fazerem ouvir as suas vozes nos fóruns internacionais) como económicas (a pequenez dos mercados nacionais) que é incompatível com o tamanho das modernas indústrias) obrigaram os Governos a tomar iniciativas nesta área. Esta situação levou à criação de muitas instituições inter-governamentais de cooperação e integração política e económica.

32. Actualmente a África tem oito (8) Comunidades Económicas Regionais cuja principal missão é trabalhar para o estabelecimento Comunidade Económica Africana. .

33. Esta tendência para a criação de várias CER's levantou muitas questões quanto à racionalização desta abordagem com vista à aceleração do processo de integração do continente.

34. Algumas destas questões são: é possível acelerar o processo de integração do continente num ambiente em que há muitas CER's? Tendo em conta que muitas delas têm mais ou menos os mesmos objectivos, é possível que um país pertença a duas ou várias CER's? A proliferação destas CER's é compatível com a sua racionalização?

35. O documento da Comissão da União Africana tenta responder a estas preocupações através dos seguintes cenários:

a) Primeiro cenário: Comunidade Ponto Focal

36. Este cenário exige harmonização em cada região, como prevê a Resolução CM/Res.464 (XXVI) da 26ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da OUA, numa entidade comum que será a comunidade ponto focal e o ponto de fusão em que todos os Estados de uma determinada região prepararão e implementarão as suas políticas, no que diz respeito à integração nas áreas de transportes, comunicações, indústria, agricultura, energia, educação, ciência e tecnologia, comércio, moeda e finanças, bem como nas áreas de manutenção da paz, segurança e defesa eventualmente. As outras entidades ou agrupamentos servirão, então, como instituições especializadas ou técnicas ou outras estruturas de cooperação dos Estados-membros. Por outras palavras, estes países deverão incorporar todas as suas actividades de integração numa única comunidade. Isto aplica-se a actividades relacionadas com a obtenção de uma zona de comércio único; união aduaneira, mercado comum, uniões monetárias e união monetária e económica. Contudo, este cenário abre espaço para relações de cooperação que estão fora do quadro das áreas acima referidas.

b) Segundo cenário: geometria variável

37. Este cenário consiste em deixar os agrupamentos sub-regionais e de integração tal como estão, o que quer dizer que devem aprofundar as suas próprias identidades e funcionar independentemente, mas devem ser dirigidos pelo grupo mais eficiente em termos de execução de projectos e programas.

c) Terceiro cenário: o Status Quo

38. Este cenário representa a situação actual em que as deliberações da vontade política dos Estados-membros da OUA, englobam o facto de as comunidades e os agrupamentos económicos no quadro da Resolução 464 serem considerados como CER's e que, portanto, as entidades económicas e sub-regionais se transformam em seus órgãos especializados ou subsidiários com os quais estabelecerão relações de cooperação.

d) Quarto Cenário : a abordagem sectorial

39. Este cenário sugere uma abordagem sectorial : a integração será feita em todos os sectores de desenvolvimento e sob os auspícios de órgãos continentais específicos apropriados. Recomenda também uma integração sectorial imediata e directa, sem passar por fases intermédias.

40. O Representante do Consórcio Africano de Investigação Económica (CAIE), como interveniente, concordou com o documento apresentado de que a multiplicidade de CER's reduz a eficiência do processo de integração continental. Ao comentar sobre a configuração das actuais CER's o orador fez as seguintes observações:

1. A criação e a configuração das CER's foram feitas por autoridades políticas sem o envolvimento da população cujos interesses deviam ter sido tomados em conta;
2. É tecnicamente impossível a um país pertencer a duas Uniões Aduaneiras; os países devem fazer uma opção política de pertencer a uma União Aduaneira e que defenda melhor os seus interesses, concedendo a legitimidade e sustentabilidade à União Aduaneira;
3. A eficiência de uma CER deve ser sustentada pela sua capacidade de melhorar o desempenho económico do seus Estados-membros. Este desempenho será baseado na estrita observância das regras de integração por todos os Estados-membros e essas regras deverão ser aplicadas por um regime de sanções adequado aos Estados-membros em falta ;
4. É necessária liderança em cada CER racionalizada. Essa liderança irá para um país da região que tenha demonstrado grande empenhamento político e um desempenho económico de alto nível ;
5. Sendo as CER's consideradas como pilares da Comunidade Económica Regional, elas devem ser construídas em torno de uma definição clara de zonas de integração óptimas em termos do número de países por CER, do grau de preparação de cada país para integrar uma CER (convergência), o destino das CER's existentes no processo de optimização;
- 6 O primeiro cenário deste documento parece ser o mais adequado. Contudo, só funciona se houver um «roteiro» claro de implementação e uma grande vontade política por parte dos Estados-membros participantes, apoiada por programas eficientes de reforço de capacidades . Finalmente, quando a CER principal for decidida, as outras organizações intergovernamentais existentes transformar-se-ão em agências especializadas das CER's com base no princípio de subsidiariedade.
6. O papel dos parceiros de desenvolvimento deve ser tomado em conta porque a sua intervenção também requer racionalização;

DEBATE GERAL

41. Os participantes sublinharam a importância da aceleração do processo de racionalização, anotando, contudo, que isso deve ser feito com cuidado tendo em conta a diversidade de CER's e o nível de desenvolvimento e os interesses vitais dos respectivos Estados-membros. A este respeito, é fundamental definir claramente o conceito de CER. O destino das OIG's existentes deve ser analisado com cuidado a fim de se traçar os seus futuros papéis no desenvolvimento do continente. Certamente que a experiência demonstrou que algumas organizações sub-regionais pequenas foram muito eficazes e a sua contribuição deve ser tomada em conta. Para isso, os participantes sublinharam a importância de se realizar uma análise custo-benefício através de auditorias institucionais e de gestão a todas as CER's e OIG's que informarão a Cimeira em Julho de 2006 sobre as medidas preconizadas.

42. Os participantes anotaram os esforços que estão sendo desenvolvidos com vista à harmonização e coordenação de programas e actividades de organizações sub-regionais, citando os exemplos da CEDEAO/UEMOA e ECCAS/CEMAC. Contudo, observaram que esses esforços devem ser emulados por outras regiões visando acelerar o processo de integração. Sublinharam igualmente a necessidade de consultas intensas entre as CER's nas várias regiões a fim de haver um melhor entendimento do processo de racionalização. Além disso, os participantes anotaram a necessidade de mobilizar recursos financeiros internos adequados para apoiar o processo consultivo nas regiões e evitar a dependência de fontes externas.

43. A reunião realçou que o conceito de Comunidade âncora foi particularmente relevante em sectores que requerem uma forte liderança como a paz e a segurança, e a NEPAD. Ao reconhecer os processos de integração consagrados no Tratado de Abuja, a reunião também anotou os últimos desenvolvimentos que também dão forma ao processo de integração como as recentes consultas da Cimeira da UA realizada em Sirte, Líbia em Julho de 2005.

44. Os participantes apelaram à revitalização do Secretariado Conjunto UA/CEA/BAD para assistir na coordenação e harmonização dos esforços de integração e desenvolvimento a nível continental. A este respeito, o Comissário da UA para os Assuntos Económicos garantiu à reunião o compromisso da UA para a revitalização do Secretariado Conjunto e indicou que haverá uma reunião entre as 3 instituições em Janeiro de 2006.

45. A reunião também reconheceu o impacto das negociações/compromissos sobre o processo de racionalização, por exemplo os Acordos de Parceria Económica (APE) entre os países Africanos e a União Europeia (EU).

46. Os participantes sublinharam a necessidade de considerar a integração para o desenvolvimento como uma base de racionalização mas isso exige dar ênfase ao desenvolvimento de infra-estruturas em termos de interligações de transporte e

comunicações, centrais eléctricas para o fornecimento de energia, união de esforços e melhoria da capacidade de produção para a exploração racional e optimizada dos recursos naturais.

47. Finalmente, a reunião elogiou os organizadores pela qualidade dos documentos e apresentações feitas e pediu-lhes que solicitassem documentos escritos dos Estados-membros e organizações regionais com vista a enriquecer o relatório.

RECOMENDAÇÕES

48. A Reunião adoptou as seguintes recomendações:

- i. Reafirmar a definição de uma comunidade Económica Regional (CER) tal como contida no Tratado de Abuja;
- ii. Reconhecer as etapas de integração inscritos no Tratado de Abuja tendo em conta os recentes desenvolvimentos que determinam o processo de integração; trata-se entre outros das recentes consultas da Cimeira da UA realizadas em Sirte, Líbia, em Julho de 2005;
- iii. Exortar os Estados-Membros a acelerar a implementação do Tratado de Abuja tendo em conta a Declaração de Syrte de 9/9/99, que recomenda entre outros, a redução dos prazos fixos para integração;
- iv. Fazer diferença entre a cooperação regional e integração regional;
- v. Definir as modalidades para a racionalização, tendo em conta que as CERs não possuem necessariamente os mesmos mandatos e que por conseguinte, elas não devem ser reagrupadas na mesma categoria;
- vi. Acelerar o processo de racionalização com prudência tendo em conta a diversidade e as peculiaridades das CER's, o nível do desenvolvimento e os interesses vitais dos Estados-membros em questão;
- vii. Conduzir as análises de custo- benefício através de auditorias institucionais e de gestão a todas as CER's e OIG's, incluindo necessidades de reforço de capacidades, que informará a Cimeira da UA em Julho de 2006 sobre as medidas preconizadas;
- viii. Elaborar um plano de acção para a racionalização tendo um calendário preciso combinado de indicadores para medir os progressos realizados inspirando-se por exemplo, do plano de acção da CEDEAO/UEMOA com vista à harmonização e coordenação de programas e actividades bem como os mecanismos da sua implementação.

- ix. Definir a comunidade âncora para liderar o processo de integração em sectores chaves que requerem uma liderança forte como a paz e a segurança e a NEPAD ;
- x. Mobilizar recursos financeiros internos adequados para apoiar o processo de consultas com as regiões e evitar a dependência de fontes externas;
- xi. Revitalizar o Secretariado Conjunto UA/CEA/BAD para assistir na coordenação e harmonização dos esforços de integração e de desenvolvimento ao nível continental;
- xii. Reconhecer o impacto das negociações/compromissos internacionais sobre o processo de racionalização, por exemplo os Acordos de Parceria Económica (APE) entre os países Africanos e a União Europeia (UE);
- xiii. Sublinhar a necessidade de considerar a integração para o desenvolvimento como base de racionalização, com especial atenção para o desenvolvimento de infra-estruturas em termos de interligações de transportes e comunicações, centrais eléctricas para o fornecimento de energia, união de esforços e melhoria da capacidade produtiva com vista à exploração racional dos recursos naturais.

Adopção do relatório

49. A reunião adoptou o Relatório e as recomendações depois da introdução de algumas emendas.

Encerramento da Reunião

50. Na sua alocução de encerramento, o Comissário da União Africana responsável pelos Assuntos Económicos, exprimiu a sua apreciação pelo excelente trabalho efectuado pela Reunião dos Peritos. Assegurou aos participantes que a Comissão tomará todas as medidas necessárias para acompanhar de perto a implementação das recomendações feitas pela reunião e, exprimiu a esperança que o processo da racionalização se conclua o mais urgente possível.

51. Ao encerrar a reunião, o Presidente agradeceu os participantes pelas suas contribuições inestimáveis que fizeram da reunião um sucesso. Desejou aos participantes um boa viagem de regresso.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report of the commission on the rationalisation of regional economic communities (Recs) (For Information)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4309>

Downloaded from African Union Common Repository